



Pastificio Selmi S.A.
CNPJ nº 46.025.722/0001-00

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Sumaré, 12 de maio de 2014. **A Diretoria**

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Balanço Patrimonial | | | | Demonstração do Resultado | | | |
|-------------------------------|------|----------------|----------------|--|------|-----------|-----------|
| Ativo | Nota | 2013 | 2012 | Nota | 2013 | 2012 | |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.750 | 4.522 | Receita líquida | 17 | 697.330 | 620.921 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 62.855 | 73.580 | Custo das vendas | 18 | (500.426) | (436.246) |
| Estoques | 6 | 55.068 | 36.236 | Lucro (prejuízo) bruto | | 196.904 | 184.675 |
| Partes relacionadas | 7 | 22.729 | 19.819 | Despesas com vendas | 18 | (127.731) | (126.105) |
| Tributos a recuperar | 8 | 17.671 | 12.212 | Despesas gerais e administrativas | 18 | (17.695) | (27.883) |
| Outros ativos | | 713 | 766 | Outras receitas operacionais, líquidas | 19 | 1.314 | 10.759 |
| | | 161.516 | 147.135 | | | (144.121) | (143.229) |
| Não circulante | | | | Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 52.792 | 41.446 |
| Depósitos judiciais | 14 | 2.943 | 5.336 | Despesas financeiras | 20 | (17.977) | (13.175) |
| Tributos a recuperar | 8 | 8.266 | 4.368 | Receitas financeiras | 20 | 5.398 | 4.030 |
| Partes relacionadas | 7 | 50.162 | 34.367 | Variações monetárias e câmbios, líquidas | 20 | (5.574) | (2.696) |
| Imobilizado | 9 | 225.507 | 209.451 | Resultado financeiro | | (18.153) | (11.841) |
| | | 281.238 | 253.522 | Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 34.639 | 29.605 |
| | | | | Imposto de renda e contribuição social do exercício | 21 | (7.443) | (1.713) |
| | | | | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 21 | (4.428) | (6.462) |
| | | | | Lucro líquido do exercício | | 22.768 | 21.430 |
| | | | | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras | | | |
| Total do ativo | | 442.754 | 400.657 | Demonstração do Resultado Abrangente | | | |
| | | | | Lucro líquido do exercício | | 2013 | 2012 |
| | | | | Total do resultado abrangente do exercício | | 22.768 | 21.430 |
| | | | | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras | | | |

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

| Em 31 de dezembro de 2011 | Nota | Reservas de lucros | | | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---------------|--------------------|--------------------|------------|----------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| | | Capital social | Reserva de capital | Legal | | | |
| Distribuição de lucros de exercícios anteriores | 16 (b) | | | | (4) | | (4) |
| Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário | | | | | (1.431) | 1.431 | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 21.430 | 21.430 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | |
| Reserva legal | 16 (b) | | | 1.071 | | | (1.071) |
| Dividendos pagos antecipadamente | 16 (b) | | | | | (16.270) | (16.270) |
| Juros sobre capital próprio | 16 (b) | | | | | (5.000) | (5.000) |
| Contribuição de reserva especial de lucros | | | | | 520 | (520) | |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 81.423 | 262 | 7.723 | 520 | 39.626 | 129.554 | (520) |
| Distribuição de lucros de exercícios anteriores | | | | | (520) | | (520) |
| Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário | | | | | (1.520) | 1.520 | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 22.768 | 22.768 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | |
| Reserva legal | 16 (b) | | | 1.138 | | | (1.138) |
| Dividendos pagos antecipadamente | 16 (b) | | | | | (18.678) | (18.678) |
| Juros sobre capital próprio | 16 (b) | | | | | (4.470) | (4.470) |
| Contribuição de reserva especial de lucros | | | | | 2 | (2) | |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 81.423 | 262 | 8.861 | 2 | 38.106 | 128.654 | 38.106 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional
O Pastificio Selmi S.A. ("Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas, biscoitos e outros derivados de trigo. Possui instalações industriais nas cidades de Londrina e Rolândia - PR e Sumaré - SP, sendo essa última também a sede da Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transição para os CPCs. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2014.

2.2. Sumário das principais práticas contábeis:
(a) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas decorrentes da venda de produtos ou mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela Companhia pela taxa de moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. **(c) Instrumentos financeiros:** **(i) Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente convertíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Contas a receber de clientes referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou resgate no curto prazo. Derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando ocorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. **b) Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. **(c) Investimentos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos/recebimentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando ocorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. **d) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) instrumentos de hedge, (c) instrumentos de hedge, (d) instrumentos de hedge a valor justo por meio do resultado, (e) instrumentos de hedge (baixa). Um ativo financeiro é classificado como: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **(ii) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros com base no seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado quando ocorridos. **b) Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **(iii) Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e irrevogável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de reconhecer o custo acumulado do ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Valor justo de instrumentos financeiros:** Mercado: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento das negociações na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **2.3. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização e o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros pre-definidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.4. Depósitos judiciais:** Os depósitos são mantidos pelo seu

valor original atualizado monetariamente até as demonstrações financeiras e, quando aplicável, apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

2.5. Imobilizado: Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para os CPCs, como mencionado na Nota 2.1. O custo histórico incluiu os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também incluiu os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo reconhecidos como um valor separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos e baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| Anos | 2013 | 2012 |
|----------------------------|-------|------|
| Edificações e benfeitorias | 25-26 | |
| Máquinas e equipamentos | 10-21 | |
| Veículos | 5-20 | |
| Móveis e utensílios | 10-19 | |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.6). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados em comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração de resultado. **2.6. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que tem uma vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação e reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros ("pro rata temporis"). Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; e provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação as perdas operacionais futuras.

2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação as situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, as bases negativas de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.11. Benefícios a empregados - Participação nos resultados: A provisão é efetuada mensalmente e estáada quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira mais confiável pela Companhia. **2.12. Outros ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.13. Arrendamentos:** A Companhia possui contratos de arrendamentos de veículos. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo circulante e não circulante. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do rendimento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, ou quando são aprovadas para distribuição antecipada, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas controladores. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício. **2.15. Novas normas e interpretações não adotadas:** Os pronunciamentos técnicos emitidos e revisados pelo CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2013, e que poderiam afetar a Companhia foram considerados aplicáveis. Os principais são: **2.15.1. Benefícios a empregados:** O CPC 36 (R3) De demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 14 Mensuração do Valor Justo, alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis e o CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades, no entanto, não afetam as demonstrações financeiras da Companhia. Pronunciamentos principais técnicos emitidos pelo IFRS e ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013, são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, Entidades de Investimento (Revisão) das IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27), IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - (Revisão da IAS 32), IFRIC 21 - Tributos e IAS 39 - Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade Hedge - (Revisão da IAS 39), a Companhia entende que não terá impacto relevantes nas suas demonstrações financeiras, quando incorporado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente seguem idênticas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício são substancialmente relacionadas com as provisões para contingências e vida útil dos ativos imobilizados, conforme mencionado nas notas 2.5 e 9.

| Operações | Nota | 2013 | 2012 |
|---|------|-----------|-----------|
| Receita líquida | 17 | 697.330 | 620.921 |
| Custo das vendas | 18 | (500.426) | (436.246) |
| Lucro (prejuízo) bruto | | 196.904 | 184.675 |
| Despesas com vendas | 18 | (127.731) | (126.105) |
| Despesas gerais e administrativas | 18 | (17.695) | (27.883) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 19 | 1.314 | 10.759 |
| | | (144.121) | (143.229) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 52.792 | 41.446 |
| Despesas financeiras | 20 | (17.977) | (13.175) |
| Receitas financeiras | 20 | 5.398 | 4.030 |
| Variações monetárias e câmbios, líquidas | 20 | (5.574) | (2.696) |
| Resultado financeiro | | (18.153) | (11.841) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 34.639 | 29.605 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | 21 | (7.443) | (1.713) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 21 | (4.428) | (6.462) |
| Lucro líquido do exercício | | 22.768 | 21.430 |

Demonstração do Resultado Abrangente

Lucro líquido do exercício

Total do resultado abrangente do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. Caixa e equivalentes de caixa

Recursos em banco e em caixa

(i) Depósitos bancários de curto prazo (i)

(j) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha, com vencimento de curto prazo, no máximo, três meses a contas da data de aquisição.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o caixa, os equivalentes de caixa incluem as contas garantidas como abaixo:

| Caixa e equivalentes de caixa | Nota | 2013 | 2012 |
|-------------------------------|------|---------|---------|
| Caixa e equivalentes de caixa | | 2.750 | 4.522 |
| Contas garantidas | 11 | (6.883) | (3.000) |
| | | (4.133) | 1.522 |

5. Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

| Vencidas: | 2013 | 2012 |
|------------------|-------|--------|
| Até 30 dias | 2.511 | 6.032 |
| De 31 a 60 dias | 505 | 358 |
| De 61 a 90 dias | 149 | 457 |
| De 91 a 120 dias | 128 | 2.223 |
| Mais de 120 dias | 3.129 | 4.662 |
| Total | 6.622 | 80.001 |

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Total líquido

As contas a receber de terceiros da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

| Reais | 2013 | 2012 |
|----------------------------|--------|--------|
| Dólares dos Estados Unidos | 56.110 | 73.745 |
| | 9.915 | 6.256 |
| | 66.025 | 80.001 |

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa da Companhia são as seguintes:

| Em 1º de janeiro | 2013 | 2012 |
|------------------------|---------|-------|
| Constituição | 6.421 | 1.250 |
| Utilização da provisão | (3.106) | 5.171 |
| Em 31 de dezembro | 3.440 | 6.421 |

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". O contas a receber é baixado contra a conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía penhor de duplicatas de sua emissão, no montante de R\$ 33.972 (R\$ 26.000 em 2012), na modalidade caução rotativa, em garantia de empréstimo obtido junto ao Banco Santander S.A. pela Selpar Participações S.A., acionista da



Pastifício Selmi S.A.
CNPJ nº 46.025.722/0001-00

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

| | 2013 | 2012 |
|--|--------------|--------------|
| Ativo de imposto diferido | | |
| Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses | 1.492 | 5.557 |
| Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses | 46 | 4.405 |
| | 1.538 | 9.962 |

| | 2013 | 2012 |
|---|-----------------|-----------------|
| Passivo de imposto diferido | | |
| Passivo de imposto diferido a ser tributado após 12 meses | (19.652) | (24.558) |
| Passivo de imposto diferido a ser tributado em até 12 meses | (1.913) | (1.003) |
| | (21.565) | (25.561) |

Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos

| | 2013 | 2012 |
|--|-----------------|-----------------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (20.027) | (15.599) |
| A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte: | | |
| Em 1º de janeiro | (15.599) | (9.146) |
| Movimentação no resultado | (4.428) | (6.453) |
| Em 31 de dezembro | (20.027) | (15.599) |

As projeções preparadas pela Companhia, suporte para a contabilização dos tributos diferidos, consideram os lucros tributáveis projetados para os próximos três anos. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais diferidos não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. O passivo de imposto de renda diferido reconhecido em 2013 no montante de R\$ 19.652 (R\$ 25.561 em 2012), refere-se ao efeito tributário do custo atribuído ainda não realizado pela Companhia (*deemed cost*) no montante de R\$ 57.736 (R\$ 60.040 em 2012) e às diferenças entre as taxas de depreciação utilizadas para fins fiscais e àquelas calculadas de acordo com as vidas úteis dos bens, utilizadas para fins contábeis.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital social esta dividido em 1.177.016 ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e integralizado, sem valor nominal, distribuídas como segue:

| | Quantidade de ações |
|-------------------------------|---------------------|
| Paradela Participações S.A. | 359.964 |
| Selpar Participações S.A. | 359.963 |
| Ricardo de Oliveira Selmi | 262.941 |
| Ziguratte Participações Ltda. | 194.148 |
| | 1.177.016 |

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio: O Estatuto Social assegura aos acionistas, o direito a dividendo mínimo de 5% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. A administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 4.470 (R\$ 5.000 em 2012). Em 31 de dezembro de 2013, "ad referendum" da AGO, a administração decidiu destinar a parcela remanescente do lucro do exercício para Reserva especial de lucros, constituída nos termos dos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, parcela esta que será distribuída aos acionistas de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. Durante o exercício de 2013, o saldo da Reserva especial de lucros existente em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 520, foi integralmente distribuído aos acionistas da Companhia.

| | 2013 | 2012 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 22.768 | 21.430 |
| Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário | 1.520 | 1.431 |
| Reversão (constituição) de reservas | | |
| Legal | (1.138) | (1.071) |
| Especial de lucros do exercício | (2) | (520) |
| Juros sobre o capital próprio | (4.470) | (5.000) |
| Especial de lucros do exercício anterior | - | 4 |
| Base de cálculo dos dividendos | 18.678 | 16.274 |
| Dividendos propostos | | |
| Do exercício | 18.678 | 1.627,0 |
| De exercícios anteriores | 520 | 4 |
| | 19.198 | 16.274 |
| Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício | 84% | 76% |

17. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Receita bruta de venda e revenda de produtos | 777.732 | 689.015 |
| Deduções de vendas (impostos, devoluções e descontos) | (80.402) | (68.094) |
| Receita líquida | 697.330 | 620.921 |

18. Despesas por natureza

| | 2013 | 2012 |
|---|----------------|----------------|
| Matéria-prima aplicada | 276.105 | 215.152 |
| Custo de revenda | 136.567 | 151.432 |
| Gastos gerais de fabricação | 50.761 | 33.410 |
| Salários e ordenados | 58.524 | 57.450 |
| Depreciação | 9.515 | 8.557 |
| Serviços profissionais por terceiros | 48.826 | 47.103 |
| Despesas com fretes | 29.249 | 28.867 |
| Despesas com funcionários (PAT, reclamações trabalhistas) | (1.163) | 3.047 |
| Despesas com veículos | 3.989 | 3.607 |
| Despesas com viagens | 2.733 | 2.294 |
| Despesas com aluguel | 1.643 | 1.706 |
| Serviços de telecomunicação | 1.370 | 1.311 |
| Outras despesas operacionais | 2.580 | 1.981 |
| Despesas tributárias | 13.870 | 18.130 |
| Tabloides | 11.158 | 10.424 |
| Despesas com devedores duvidosos | 125 | 5.763 |
| | 645.852 | 590.234 |
| | 2013 | 2012 |
| Custo das vendas | 500.426 | 436.246 |
| Despesas com venda | 127.731 | 126.105 |
| Despesas gerais e administrativas | 17.695 | 27.883 |
| | 645.852 | 590.234 |

19. Outras receitas operacionais, líquidas

| | 2013 | 2012 |
|--|----------------|---------------|
| Constituição de provisão para perdas de créditos tributários | - | 381 |
| Outras receitas - venda de sucata | 1.082 | 1.444 |
| Recuperação de despesas | 1.578 | 3.248 |
| Perda na venda de ativo imobilizado | 67 | 209 |
| Indenizações recebidas - seguro de incêndio | - | 5.400 |
| Outras receitas (despesas) líquidas | (1.413) | 77 |
| | 1.314 | 10.759 |

20. Resultado financeiro

| | 2013 | 2012 |
|--|-----------------|-----------------|
| Despesas financeiras | | |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF | (304) | (744) |
| Taxas e comissões bancárias | (703) | (1.305) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (16.970) | (11.126) |
| Total das despesas financeiras | (17.977) | (13.175) |
| Receitas financeiras | | |
| Rendimentos e aplicações financeiras | 101 | 61 |
| Juros recebidos de mútuo com empresas relacionadas | 3.523 | 2.459 |
| Descontos obtidos | 1.584 | 1.072 |
| Juros ativos | 190 | 438 |
| Total das receitas financeiras | 5.398 | 4.030 |
| Variação cambial | | |
| Variações cambiais ativas | 6.582 | 5.549 |
| Variações cambiais passivas | (12.156) | (8.245) |
| Variação cambial, líquida | (5.574) | (2.696) |
| Resultado financeiro | (18.153) | (11.841) |

21. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

| | 2013 | 2012 |
|---|-----------------|----------------|
| Imposto corrente | | |
| Imposto corrente sobre o lucro do exercício | (7.443) | (1.713) |
| Total do imposto corrente | (7.443) | (1.713) |
| Imposto diferido | | |
| Reversão de imposto diferido sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado | (4.428) | (6.462) |
| Total do imposto diferido | (4.428) | (6.462) |
| Despesa de imposto de renda | (11.871) | (8.175) |
| O imposto sobre o lucro da Companhia difere do valor diferido que seria obtido como uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros da entidade, como segue: | | |
| | 2013 | 2012 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 34.639 | 29.605 |
| Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes - 34% | (11.777) | (10.066) |
| Juros sobre o capital próprio | 1.520 | 1.700 |
| Diferenças permanentes | (1.643) | (815) |
| Outros | 29 | 1.006 |
| Encargo fiscal | (11.871) | (8.175) |

22. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (Hedge). **(a) Risco de Mercado:** (i) Risco cambial: A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando existe diferenças entre as combinações das contas dos ativos e passivos nas operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (Hedge). Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos e euro nos montantes descritos a seguir, existe política de hedge para proteger essa exposição nessas datas:

| | 2013 | 2012 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Ativo circulante | | |
| Contas a receber de clientes | 9.915 | 6.256 |
| | 9.915 | 6.256 |
| Passivo circulante | | |
| Fornecedores | 4.709 | 2.633 |
| Empréstimos e financiamentos | 19.377 | 25.826 |
| | 24.086 | 28.459 |
| Passivo não circulante | | |
| Empréstimos e financiamentos | 6.999 | 6.668 |
| | 31.085 | 35.127 |

(ii) Risco com taxas de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia possui política de hedge que monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas no caso da necessidade de contratação para novas operações. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diretamente pela área financeira, através da manutenção do fluxo de caixa de curto e longo prazo. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

| | Menos de | Entre dois | Acima de |
|------------------------------|----------|---------------------|------------|
| | Nota | um ano e cinco anos | cinco anos |
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 88.632 | 72.486 |
| Fornecedores | 10 | 51.197 | - |
| Tributos a recolher | 13 | 4.239 | 2.990 |
| Salários e encargos sociais | 12 | 7.896 | - |
| Outros passivos | | 6.937 | 627 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 108.305 | 60.706 |
| Fornecedores | 10 | 55.288 | - |
| Tributos a recolher | 13 | 4.155 | - |
| Salários e encargos sociais | 12 | 9.027 | - |
| Outros passivos | | 7.253 | - |

23. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no Índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total e apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2013 o índice de alavancagem financeira aumentou de 55% para 61%. O principal fator de aumento da alavancagem financeira foi o ingresso de novos empréstimos e financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos, visando aumento das operações da Companhia nos segmentos de biscoitos, bolos e massas em geral. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

| | Nota | 2013 | 2012 |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|
| Total dos empréstimos | 11 | 205.713 | 165.402 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa | 4 | (2.750) | (4.522) |
| Dívida líquida | | 202.963 | 160.880 |
| Total do patrimônio líquido | | 128.653 | 129.554 |
| Total do capital | | 331.616 | 290.434 |
| Índice de alavancagem financeira - % | | 61 | 55 |

24. Instrumentos financeiros por categoria

| | Nota | 2013 | 2012 |
|--|------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.750 | 4.522 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 62.585 | 73.580 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 7(b) | 72.891 | 54.186 |
| Depósitos judiciais | | 2.943 | 5.336 |
| Outros ativos, líquido de antecipações | | - | 288 |
| | | 141.169 | 137.912 |
| | | 2013 | 2012 |
| Fornecedores | | 55.288 | 51.197 |
| Empréstimos e financiamentos | 11 | 205.713 | 165.402 |
| Outros passivos, excluindo obrigações legais | | - | 3.564 |
| | | 261.001 | 220.163 |

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

| Ramo | Importância segurada |
|---|----------------------|
| Incêndio de bens do ativo imobilizado | 103.000 |
| Danos elétricos | 500 |
| Equipamentos eletrônicos - sem roubo | 300 |
| Equipamentos estacionários - sem roubo | 8.000 |
| Equipamentos móveis com roubo | 300 |
| Roubo ou furto | 50 |
| Equipamentos portáteis território mundial | 10 |
| Lucros Cessantes | 15.000 |
| Responsabilidade Civil | 1.000 |
| Casos fortuitos (vendaval, furacão, ciclone, tornado, etc.) | 30.000 |

no Brasil. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 22 de maio de 2013, sem modificações.

Campos, 6 de maio de 2014

EY Building a better working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 15P198698/O-4

Diretoria

Ricardo Oliveira Selmi
Diretor Presidente

Belarmino da Ascensão Marta Junior
Diretor Financeiro

Dionizeti Domingues de Souza
Controller

João Antonio Denade
CRC 15P205278/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Pastifício Selmi S.A.**. Examinamos as demonstrações financeiras do Pastifício Selmi S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das

demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Pastifício Selmi S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas